

SENTINDO NA PELE: A MATERNIDADE PARA MULHERES NEGRAS E EDUCANDAS DA EJA

Josêclea da Silva Nascimento Porfírio¹

RESUMO

Propõe-se nesse estudo analisar o evento da maternidade a partir dos marcadores sociais raça e gênero tendo como respaldo os relatos de experiência de duas mulheres negras que são mães e alunas da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O objetivo é compreender de que forma mulheres negras experienciam a maternidade. Iniciaremos tecendo uma discussão sobre raça e gênero buscando entender como esses marcadores constroem a figura da mulher negra em nossa sociedade. Em seguida, partiremos para os relatos de vida e experiência de Mara, 71 anos; e Tânia, 15 anos; duas mulheres negras, de gerações distintas que sentiram (e sentem) na pele as dificuldades, dores, responsabilidades e deleites de ser mãe. Apresentaremos algumas considerações sobre a EJA e sua importância para essas mulheres. Em seguida, abordaremos a necessidade de visibilizar as mulheres negras. Por fim, levantaremos algumas considerações finais acerca da temática, abrindo possibilidades para outras discussões.

Palavras-chave: Raça. Gênero. Maternidade.

ABSTRACT

It is proposed in this study to analyze the event of maternity from the social markers of race and gender, supported by the experience reports of two black women who are mothers and students of the Youth and Adult Education (YAE). The objective is to understand how black women experience motherhood. We will begin by weaving a discussion on race and gender, seeking to understand how these markers build the figure of the black woman in our society. Then, we will move on to the accounts of the life and experience of Mara, 71 years old; and Tânia, 15 years old; two black women from different generations who felt (and feel) firsthand the difficulties, pain, responsibilities and delights of being a mother. We will present some considerations about YAE and its importance for these women. Next, we will address the need to make black women visible. Finally, we will raise some final considerations on the topic, opening up possibilities for other discussions.

Keywords: Race. Genre. Maternity.

¹ Graduada em Ciências Sociais (2019-UFPB). Graduanda em Pedagogia Educação do campo (UFPB). Mestranda em Antropologia Social (PPGA-UFPB).

INTRODUÇÃO

Este estudo é um recorte de uma pesquisa em andamento sobre Sentidos da maternidade para mulheres da Educação de Jovens e Adultos (EJA). No seu desenvolvimento identificou-se a participação majoritária de mulheres negras e pardas que relataram suas trajetórias de vidas e experiências com a maternidade. Esse fato inspirou a escrita desse artigo, no qual, apresentará os relatos de duas interlocutoras: dona Mara de 71 anos e Tânia de 15 anos. Apesar da diferença de idade, ambas tem em comum o fato de serem mulheres negras, pobres e alunas da EJA, que experienciaram (e experienciam) o evento da maternidade em seus corpos, sentindo “na pele” as dificuldades, dores, responsabilidades e deleites de ser mãe.

Dentro dos estudos antropológicos, entende-se que a maternidade é um evento que não deve ser analisado isoladamente, pois, é perpassado por contextos socioculturais e marcadores sociais como raça, gênero e classe. Segundo Scavone (2001), as mudanças acerca das concepções de maternidade também devem ser refletidas a partir dos processos sociais, principalmente nas relações familiares e de gênero, da globalização econômica e do aparecimento de novos padrões de comportamento e consumo, entre eles o consumo das novas tecnologias reprodutivas. Nesse sentido, a maternidade é abordada como um fenômeno social marcado pelas desigualdades sociais, raciais/étnicas, e pelas questões de gênero (SCAVONE, 2001).

É importante destacar que a maternidade é um evento que atravessa a existência da mulher, independente se esta deseja ou não ter filhos. Conforme ressalta Baia (2021), apesar de antropológicamente, a maternidade ser compreendida como um fenômeno social, cultural e biológico, ainda é vista e tratada como um evento ligado diretamente à “natureza feminina”. Porém, a maternidade deve ser considerada como algo que envolve outras dimensões sociais: “Ser mãe envolve uma série de outros fatores que estão em dimensões sociais, culturais, psíquicas etc., ou seja, tornar-se mãe passa por uma série de questões como: desejo, controle, pressões sociais, entre outras” (BAIA, 2021, p. 24).

Dessa forma, é possível afirmar que a maternidade é experienciada de maneiras diferentes, por mulheres diferentes em contextos distintos. Interessa-nos refletir como esses marcadores sociais reverberam na construção do que é ser mãe para elas. Num momento em que questões étnico-racial mostram-se cada vez mais frequentes e necessárias em nossa

sociedade, é importante considerar a vida das mulheres negras em seus diversos aspectos e dimensões dando-lhes visibilidade e lugar de fala. Além disso, essa discussão possibilita refletir acerca das diferentes maternidades e de como elas são experienciadas.

RAÇA E GÊNERO: A CONSTRUÇÃO DA FIGURA DA MULHER NEGRA

O que é ser uma mulher negra numa sociedade machista e racista? Como essas formas de opressão são sentidas nos corpos negros? Provavelmente, para a população branca, tais perguntas não tenham respostas, mas para as mulheres negras elas possuem respostas amargas.

No artigo *Género, raza y sexualidad. Debates contemporâneos*, Ochy Curiel (2017) explica tais conceitos e mostra como estes se articulam na produção de desigualdades e opressões. Nesse sentido, gênero, raça e sexualidade são categorias centrais para analisar as relações e estruturas sociais. Segundo a antropóloga, a ideia da raça e racismo surgem como fenômenos modernos. Partiram de uma perspectiva religiosa e científica que contribuíram para que as populações indígenas e negras fossem consideradas inferiores, excluídos da humanidade, e dessa forma, seus corpos e sua cultura podiam ser manipulados, explorados e controlados, pela razão instrumental. Sendo assim, raça e racismo configuram-se como uma invenção ocidental (CURIEL, 2017).

Na sua abordagem sobre o conceito gênero, a autora aponta que a utilização teórica, epistemológica e política de gênero tem servido para desnaturalizar o que significa ser mulher, concebida como “o outro” na relação com o masculino, explicando que as desigualdades entre os sexos não eram uma questão natural, mas social e histórica (CURIEL, 2017).

A abordagem da categoria raça como uma criação da modernidade também é feita por Aníbal Quijano (2005). O autor traz a colonialidade e o eurocentrismo como categorias fundamentais para compreender o processo de exploração e inferiorização dos povos da América, tudo isso respaldados na ideia de raça. Segundo Quijano (2005), antes da “conquista” da América pelos europeus, a ideia de raça não existia. Foi a partir da relação de dominação desse processo que “raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população” (p. 117).

Outro ponto importante trazido por Quijano (2005) para pensarmos sobre a colonialidade do poder e inferiorização dos corpos negros é a questão do novo dualismo, a saber, a separação entre corpo e não corpo. Na racionalidade eurocêntrica há uma separação

entre corpo (natureza); e alma (a razão). Essa perspectiva culminou na ideia de que certas raças – como os negros, os indígenas e amarelos – fossem considerados inferiores por estarem mais próximos da natureza e distantes da razão. Essa concepção racista e desumana impactou todas as relações, inclusive as sexuais, conforme ressalta Quijano (2005, p. 129):

Esse novo e radical dualismo não afetou somente as relações raciais de dominação, mas também a mais antiga, as relações sexuais de dominação. Daí em diante, o lugar das mulheres, muito em especial o das mulheres das raças inferiores, ficou estereotipado junto com o resto dos corpos, e quanto mais inferiores fossem suas raças, mais perto da natureza ou diretamente, como no caso das escravas negras, dentro da natureza. É provável, ainda que a questão fique por indagar, que a ideia de gênero se tenha elaborado depois do novo e radical dualismo como parte da perspectiva cognitiva eurocentrista.

Nesse sentido, o corpo da mulher negra é visto como um corpo sexualizado, inferiorizado e reduzido ao imaginário machista de nossa sociedade. Sobre isso, Gonzales (1984) mostra como a articulação entre racismo e sexismo produz violentos efeitos contra a mulher negra no Brasil. A autora aborda a mulher negra através da figura da mulata, da doméstica e da mãe preta para problematizar o mito da democracia racial. Segundo Gonzales (1984, p. 228):

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas.

Assim, esse mito é atualizado no carnaval, onde o corpo da mulher negra, representado pela mulata, é exaltado. Enquanto a doméstica, que é a mucama, tem seu corpo explorado e reduzido à prestação de serviços, opondo-se ao enaltecimento da “mulata” nas festas carnavalescas. Outra figura abordada por Gonzales é a mãe preta. Segundo a autora, é através dela que “a gente é vista como figura boa e vira gente” (p. 235). Conforme destaca a autora, no período colonial era a “mãe preta” que exercia as funções maternas para com as crianças brancas, e ao exercer essas funções ela transmitia seus valores, cultura e linguagem. Dessa forma, é possível dizer que a mulher preta é a grande mãe da pátria brasileira. Atualmente, esse imaginário da mãe preta como a grande cuidadora permanece em nossa sociedade. Ela é vista como a mãe forte que “naturalmente” suporta todas as dificuldades para criar seus filhos.

Desse modo, as figuras trazidas pela autora reverberam na construção da mulher negra como aquela que é sexualizada, abusada e inferiorizada, tendo em seu corpo a “marca” de um histórico de exploração e opressões sofridas no terrível período de escravização no Brasil. Sendo humanizada apenas na imagem da mãe, já que esta sempre está envolvida pelas práticas do cuidado.

É justamente o histórico de opressão que desencadeia a luta das mulheres negras dentro do movimento feminista. Conforme discute Carneiro (2003), apesar das conquistas, o movimento feminista permaneceu por muito tempo preso a uma visão eurocêntrica e universalizante das mulheres, o que resultou na sua incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes na vida de outras mulheres (como, por exemplo, as negras) silenciando-as e invisibilizando-as. Dessa forma, foi preciso a constituição de um movimento feminista negro, perspectiva que emergiu da condição de ser mulher, negra e pobre, fomentando a luta antirracista (CARNEIRO, 2003).

É através dessa mudança que o feminismo transforma as mulheres em sujeitos políticos, reconhecendo suas necessidades e especificidades para além das desigualdades de gênero:

Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso (CARNEIRO, 2003, p. 119).

A exploração e exclusão enfrentadas pelas mulheres negras tornam-se superiores aos problemas das mulheres brancas, já que fundamentam-se nos marcadores raça e gênero. Dessa forma, mulheres negras, além de enfrentarem preconceitos e desigualdades de gênero, sofrem com o racismo estrutural existente em nossa sociedade. Conforme afirma Carneiro (2003, p. 119): “o racismo rebaixa o status dos gêneros”. Ou seja, antes de sofrer com as desigualdades existente entre os gêneros, a mulher negra enfrenta as desigualdades raciais. É esse racismo cotidiano que produz gêneros subalternos.

A discussão sobre raça e gênero permite-nos refletir como esses marcadores sociais contribuem na construção da figura da mulher negra em nossa sociedade, apontando como as desigualdades enfrentadas por elas respaldam-se em discursos racistas e machistas. Além disso, fornece-nos subsídios para refletir acerca do evento da maternidade para mulheres negras, levando em consideração aspectos relacionados ao ser uma mulher negra vivendo em uma

sociedade tão desigual e preconceituosa. Portanto, o que esse estudo se propõe compreender é: de que forma mulheres negras experienciam a maternidade? É o que será discutido na próxima seção.

“OLHA, É COMO DIZ: SER MÃE É PADECER NO PARAÍSO”: RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE MÃES NEGRAS

Nossas interlocutoras são duas alunas da EJA de uma escola pública do município de Santa Rita/PB. Apresentamos, com nomes fictícios, Dona Mara, 71 anos, natural do Rio de Janeiro, mora na Paraíba há 28 anos e é mãe de três filhos já adultos. E Tânia, 15 anos, paraibana, tem uma filha de 01 ano de idade. O que elas tem em comum? São mulheres negras, pobres, que experienciaram (e experienciam) o evento da maternidade em seus corpos e vidas.

Antes de entrarmos na questão da maternidade, iniciaremos com as trajetórias de vida das interlocutoras para compreender melhor o contexto social em que elas estão inseridas. Mara nos conta como foi sua infância:

Minha família era muito pobre. Nós somos 14 irmãos, e...só meu pai trabalhava na época né? As crianças tudo um atrás do outro, tudo pequenininho, era escadinha né? Antigamente pobre tinha um monte de filho junto né? Assim, um atrás do outro. Então, eu não tive oportunidade nem eu nem meus irmãos mais velhos de estudar. Porque o colégio era muito longe, tinha boi, tinha cachorro na rua, aí os pais da gente não deixava a gente ir porque não podia tomar conta né? (Mara)

Já Tânia, a mais velha de cinco filhos/as, foi criada apenas pela mãe, que foi deixada pelo pai da jovem quando estava de resguardo da mesma. Segundo a interlocutora, seu pai foi morto devido uma dívida de drogas de uma namorada:

Então minha mãe foi embora, então quando minha mãe disse que não queria mais, ele arrumou uma “noiada”² aí essa “noiada” comprava droga no nome dele. Aí ele tinha pagado e dessa vez ela tinha comprado e ele não sabia, aí foram atrás de matar ela e mataram ele. Só que ele não era envolvido com esses negócios, ele só gostava de beber as cachaças dele mesmo. Mas ele não usava nenhum tipo de droga. Morreu de graça! Aí tá aí. Sempre morei com minha mãe aí engravidei fui morar com o pai da minha filha (Tânia).

Conforme visto, a infância precária vivida por dona Mara impossibilitou ela e seus irmãos de estudarem. No caso de Tânia, vemos o abandono paterno como elemento presente em sua infância. É possível pensar como tais aspectos se repetem na vida da população negra em nosso país. Quantas crianças negras são criadas apenas pela mãe? Quantas crianças negras

² A expressão “noiada” é popularmente associada às pessoas com dependência em drogas ilícitas.

tem o direito à educação negado? Com esses relatos identificamos o que podemos definir como uma ausência do Estado e uma ausência paterna enfrentados pelas interlocutoras.

No que tange os relatos de experiência maternas, dona Mara conta que não gostou e achou a experiência “sem graça”:

Olha eu não gostei não. Não, que eu tinha sonho de estudar, ser professora, tinha um sonho muito grande. Eu engravidei por inexperiência, inexperiência. Não achei um pingão de graça, quando eu vi já tava grávida (Mara).

A fala de dona Mara possibilita desconstruir a visão essencialista e universalista de que a maternidade é uma experiência agradável e que toda mulher deseja ser mãe. Também percebemos a ideia de maternidade como uma barreira para a realização de sonhos presente no relato da interlocutora quando ela nos fala que “*tinha sonho de estudar, ser professora*” e não conseguiu realizar por ter engravidado. Numa trajetória de vida onde a desigualdade social e o descaso do Estado a impediu de estudar na infância, a maternidade emergiu para nossa interlocutora como outro obstáculo para a escolarização. Na sua fala é revelada também a perspectiva de uma vida corrida e preocupada, fomentada por dona Mara ao ser questionada sobre o que é ser mãe para ela:

Olha, é como diz “ser mãe é padecer no paraíso”. Porque eu tinha que trabalhar, as crianças tinham que estudar, não tinha com quem deixar, eu tinha medo de se envolver com... coisas ruins, então pra mim não foi bom não. Foi uma vida muito corrida muito preocupada, eu não gostei não (Mara).

Cabe aqui salientar que tais falas não significam que dona Mara não goste de seus filhos, mas que, devido as dificuldades enfrentadas, a experiência materna não lhe foi boa. Dito isso, partiremos para os relatos de Tânia. A jovem de 15 anos engravidou aos 14 anos. Após o nascimento da filha, continuou estudando. Questionada se tem gostado da experiência de ser mãe, ela conta:

Por uma parte não, porque a pessoa não tem aquela privacidade toda, né? E por outra parte sim. Então, como eu não fui... não experimentei esses negócios do mundo, então pra mim tá sendo de boa porque eu não experimentei, eu não tinha aquela liberdade toda. Sempre fui presa dentro de casa, da igreja pra casa, de casa pra igreja e pra escola. Então pra mim tá sendo de boa ser mãe. Só é um pouco puxado porque tem hora que a pessoa se estressa porque não sabe o que a criança quer, então, tô relevando. Mas é bom! (Tânia)

A concepção de uma falta de privacidade aparece aqui como um aspecto negativo da maternidade. Todavia, para a jovem não é uma grande dificuldade já que esta teve uma criação mais restrita ao espaço doméstico. Para ela a relação mãe-filha é “puxada” e estressante por não conseguir entender o que a criança quer. Finaliza afirmando que ser mãe “é bom”. Esse

dualismo da maternidade – ora bom, ora ruim – se reafirma quando Tânia tenta explicar o que é ser mãe para ela:

Nem eu sei. É um negócio tão... sei lá. Uma hora a pessoa... uma hora a pessoa ver que é mãe, outra hora a pessoa esquece que é mãe, e assim vai. Não sei. É uma coisa boa e uma coisa ruim [...] Tá doente é você que tem que ficar, de madrugada é você que tem que ficar. Então é uma sensação boa e eu não sei explicar. Só sei que esses momentos que eu tô passando é bom (Tânia).

Quando a jovem fala “*Tá doente é você que tem que ficar, de madrugada é você que tem que ficar*”, a dimensão do trabalho do cuidado como uma função atribuída à mãe fica evidente. Salienta-se que trata-se de uma mãe adolescente que carrega o conflito entre ser jovem, mãe e estudante traçando seus sonhos e objetivos de vida. Isso reverbera num “arrependimento” de ter sido mãe na adolescência:

É uma coisa tão linda. Eu me derreto quando ela chega com o sorriso dela, brinca, e mamãe vai e mamãe vem. É uma coisa muito boa. Mas se fosse para voltar no tempo eu não tinha tido. Não, porque é uma responsabilidade muito grande (Tânia).

Nesse sentido, analisamos que em ambos os relatos as interlocutoras associam à maternidade aspectos como responsabilidade, preocupação, vida corrida, sacrifício pessoal e as práticas do cuidado materno. Enquanto dona Mara afirma que não gostou da experiência como mãe, Tânia considera a maternidade como algo bom, apesar das dificuldades. Dessa forma, percebemos que cada uma delas atribui um significado diferente para o mesmo objeto: a maternidade.

Para fomentar essa questão, trazemos a discussão de Mol (2008, p. 63) sobre “Política Ontológica”, na qual, afirma que “a realidade não precede as práticas banais nas quais interagimos com ela, antes sendo modelada por essas práticas”. Nesse sentido, cada sujeito exerce uma prática que vai produzir uma realidade acerca daquele objeto. Isso mostra que as realidades não são estáticas, mas dinâmicas, podendo ser moldadas de acordo com o sujeito. Baseando-se na Teoria ator-rede, a autora discute que há uma rede onde os objetos desempenham uma função e modificam a realidade dos sujeitos. Mas, como seria essa rede? Cada sujeito fornece sua versão do objeto a partir de sua experiência (MOL, 2008).

Dessa forma, podemos dizer que cada uma das nossas interlocutoras cria uma versão da maternidade (o objeto) a partir de como ela vivencia, ou seja, da sua experiência. Além disso, vemos que a responsabilidade, as dificuldades e desafios de ser mãe contribuem para essa produção de significado. Refletindo acerca das histórias de vida dessas mulheres e dos seus relatos sobre maternidades percebe-se como os marcadores sociais raça e gênero estão

imbricados em suas experiências. Ao pensarmos em dona Mara, mulher negra, pobre, sem escolarização que criou seus filhos sozinha, identificamos como todas as desigualdades e dificuldades enfrentadas por ela desencadearam um significado negativo à maternidade. Já Tânia, negra, pobre, mãe adolescente, que não conviveu com o pai, apesar de considerar a experiência materna como boa, afirma que “*se fosse para voltar no tempo*” não teria sido mãe, pois, requer muita responsabilidade. Assim, percebemos que tais realidades moldam a perspectiva do que é ser mãe para essas mulheres.

A EJA E SUA IMPORTÂNCIA PARA AS EDUCANDAS MÃES

Como a presente pesquisa tem como sujeitos as educandas mães da Educação de Jovens de Adultos (EJA), é importante tecer algumas considerações acerca da modalidade de ensino e sua importância para essas mulheres.

A EJA configura-se como uma modalidade de ensino da rede pública que atende sujeitos que por diferentes motivos não acessaram ou tiveram que interromper a escolarização na idade considerada regular³. Sobre sua organização, faz-se possível dizer que a EJA é organizada em ciclos: Ciclo I – Ciclo de alfabetização (1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental); Ciclo II – 4º e 5º ano; Ciclo III – 6º e 7º ano; Ciclo IV – 8º e 9º ano do Ensino Fundamental; Ciclo V – corresponde ao 1º e 2º ano do Ensino Médio; e o Ciclo VI que corresponde ao 3º ano do Ensino Médio. Cabe salientar que o lócus da pesquisa é uma escola municipal que oferta os quatro primeiros ciclos da EJA. Dessa forma, atende alunos/as a partir dos 15 anos de idade.

Realizando um resgate histórico, faz-se necessário dizer que foi a partir da década de 1940 que a educação de adultos tornou-se um tema de política educacional no Brasil, sendo realizadas várias campanhas nacionais cujo objetivo era erradicar o analfabetismo. Através da Constituição Federal de 1988 a educação básica para jovens e adultos foi formulada e instituída, resultado do envolvimento no processo constituinte de diferentes setores progressistas que reivindicavam a “ampliação dos direitos sociais e das responsabilidades do Estado no atendimento às necessidades dos grupos sociais mais pobres” (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p.63).

³ De acordo com o Art. 208 inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a idade regular é a faixa etária de escolarização obrigatória da educação básica que vai dos 04 aos 17 anos.

Ainda no campo da Legislação, pode-se apontar dois documentos legais importantes que reforçam o direito a educação para jovens e adultos. São eles: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei nº 9.394/96) que estabelece a EJA como uma modalidade de ensino da educação básica, assegurando a sua oferta e gratuidade aos jovens e adultos que não estudaram na idade regular. E o Parecer CNE/CBE nº 11/2000, aprovado em 10 de maio de 2000, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, no qual, são apresentadas as preocupações dos sistemas de ensino para a modalidade, assim como as suas funções que são: reparadora, garantindo no presente o direito à educação e à cultura que anteriormente foi negado; equalizadora, que visa oportunizar as distribuições de bens sociais (leitura, escrita, cultura, tecnologia); e qualificadora, que busca propiciar aos educandos atualização de conhecimento por toda a vida (BRASIL, 2000).

Ao realizar essa breve apresentação, percebe-se que a Educação de Jovens e Adultos constitui um campo de direito e responsabilidade do poder público. Assim como uma modalidade de ensino cujas funções reparadora, equalizadora e permanente, devem propiciar aos sujeitos educandos e educandas o acesso e permanência à escolarização que anteriormente lhe foi negado, visando o fortalecimento de uma cidadania plena.

É possível identificar a importância da EJA na vida das nossas interlocutoras. Conforme visto anteriormente, dona Mara não estudou na infância devido a situação de precarização e vulnerabilidade social que vivia com a família. Em uma conversa informal que tivemos, ela contou que iniciou os estudos na EJA em 2022, no intuito de “*aprender mais*”. Percebe-se então que o foco de dona Mara é o conhecimento. A importância da EJA em sua vida é relatada a seguir:

Meus filhos todos estudaram, só não fizeram universidade mas todo mundo tem o fundamental e a menina e o mais velho tem o Ensino Médio, mas aí eu já comecei a trabalhar nas casas de família e depois os meninos foram crescendo, já fui ser balconista de supermercado, de padaria, e a situação foi melhorando. E agora que eu fui procurar um colégio pra poder aprender a escrever que eu aprendi, aprendi a ler também, mas agradeço o EJA, agradeço o EJA porque deu oportunidade pra quem não estudou quando era criança (Mara).

Identifica-se que para dona Mara, a EJA representa a porta de entrada para um direito que lhe foi negado durante sua infância e juventude. No caso de Tânia, a EJA surgiu em seu processo de escolarização por “orientação” da gestão escolar. Em nossa primeira conversa, a gestora escolar contou seu caso. A educanda cursava os anos finais do Ensino Fundamental no horário vespertino junto com outras crianças e adolescentes da sua idade, levava a filha recém-

nascida e amamentava na frente dos/das outros/outras estudantes, o que segundo a diretora seria uma situação “desconfortável” para a aluna. Por isso, foi sugerido para Tânia a transferência para a EJA para que ficasse mais “à vontade” ao levar e amamentar seu bebê. Na entrevista, ao ser questionada sobre o motivo de sua entrada na EJA, Tânia explica:

Porque eu tive Laura, aí como eu já vou fazer 16 anos, ano que vem, aí a partir dos 15 por aí já bota de noite, só quando querem, aí a diretora perguntou se eu queria ir pra noite porque eu já fazia os dois anos. Aí eu achei melhor, então eu pensava que o pai de Laura ia me trazer. Aí no começo foi muito complicado porque ele não queria vir porque trabalhava, aí agora eu queria parar de vez porque eu tava morando com minha mãe e é muito longe, mas como não deixaram eu tive que vir, aí eu tô aqui só faz... é meu primeiro ano a noite, porque eu tava a tarde aí como eu vinha com ela no carrinho aí me colocaram pra noite (Tânia).

Observa-se que a maternidade não emerge como motivo de interrupção dos estudos da interlocutora, pelo contrário, ela continuou estudando e levava seu bebê. Contudo, faz-se possível problematizar o fato dela ter sido transferida pela gestão para a EJA através da justificativa de que seria mais confortável para levar e amamentar a filha. Outra questão é que a aluna encontrou dificuldades durante sua permanência na EJA devido o horário noturno e a distância. Apesar das complicações para permanecer estudando, Tânia revela que deseja realizar alguns cursos e se for preciso continuará na EJA:

Eu não queria a noite, porque a noite é muito esquisito, mas se for preciso né? Porque ano que vem eu tô pensando em fazer o que? Curso, esses negócios pra terminar os estudos, arrumar um emprego pra poder sustentar minha filha né? Pra não depender de ninguém. Porque é muito ruim esse negócio de depender dos outros (Tânia, 06 de dezembro de 2022).

Percebe-se que para a interlocutora a permanência na EJA representa a oportunidade de realizar cursos profissionalizantes (durante o dia) para conseguir um emprego e sustentar a filha. Surge aqui a figura da jovem mãe negra que almeja sua independência financeira para cuidar de sua cria.

POR QUE VISIBILIZAR MULHERES NEGRAS IMPORTA?

Já foi dito o quanto o racismo e o machismo enraizado na nossa sociedade oprime e explora a mulher negra. Assim, é necessário pensar a vida das mulheres negras em suas diversas dimensões dando-lhes visibilidade e lugar de fala. Isso porque a invisibilidade e o silenciamento da população negra perpetuou-se, resultado de um histórico de escravidão e violência.

Na obra *O genocídio do negro brasileiro*, Abdias Nascimento (1978) discute as estratégias de genocídio da população negra no Brasil. Essas estratégias foram: no século XX, estímulo do governo brasileiro através de leis, para a imigração de brancos europeus e impedimento de imigrantes negros e asiáticos; destruição de documentos sobre o período de escravidão; eliminar dos censos todas as informações sobre origem racial dos recenseados, dando margem as interpretações e manipulações dos grupos dominantes; negar e impedir toda e qualquer discussão sobre raça, impossibilitando que a pessoa negra desenvolvesse sua identidade racial; processo de aculturação da pessoa negra à cultura do branco, na intenção de destruir o negro como pessoa e como criador de sua própria cultura (NASCIMENTO, 1978).

Com isso, percebe-se que houve diversas tentativas de “eliminar” a população negra, vista pela elite brasileira (branca e rica) como um problema para o desenvolvimento do Brasil. Todas essas estratégias de genocídios desencadearam exclusão e inferiorização dessa população. O silenciamento também configura-se como uma estratégia de eliminação. Grada Kilomba (2019) faz uma analogia da máscara de ferro utilizada pelos colonizadores europeus nos negros escravizados para impedi-los de comer a cana-de-açúcar ou o cacau enquanto trabalhavam nas plantações e, principalmente, para silenciá-los. Nesse sentido, a máscara simbolizava “políticas sádicas de conquista e dominação” (p. 33).

Kilomba (2019) explica que o grande objetivo da máscara é silenciar o escravizado para que o colonizador não ouça as verdades desse Outro. Há então um medo do colonizador de ouvir o que o colonizado tem a dizer: “A máscara vedando a boca do sujeito negro impede-a/o de revelar tais verdades, das quais o senhor branco quer ‘se desviar’, ‘manter à distância’ nas margens, invisíveis e ‘quietas’”. (p. 41-42).

O que podemos concluir a partir desse debate? Que as violências e silenciamentos sofridos pela população negra revela o medo que a branquitude tem de ouvir a verdade, de conhecer e reconhecer sua própria natureza perversa e opressora, continuando sua dominação. Dessa forma, entendemos o quanto é importante ouvir as mulheres negras em seus diversos aspectos e realidades. Conforme salienta Baia (2021, p. 158):

Escutar o que mulheres negras tem a dizer sobre suas experiências de maternidade, bem como qualquer outra, é subverter o espaço a que temos sido relegadas. Falar sobre maternidade é também um exercício de subversão das temáticas “discutíveis” no contexto da sociedade que estamos inseridas e é por esse motivo que acredito que temos que parar de sentir medo de algumas temáticas.

Nesse sentido, falar sobre maternidade não é uma tarefa fácil, considerando que esta é carregada de concepções e idealizações do imaginário social. Da mesma forma que falar sobre maternidade negra é ainda mais complexo, pois envolve questões raciais e de gênero. Todavia, não podemos deixar de discutir temáticas tão importantes quanto estas, pois, mulheres negras existem e maternidade negra também! Ouvir os relatos de experiência sobre ser mãe para mulheres negras nos permite visibilizá-las e adentrar em outras dimensões da vida desses sujeitos para além das questões como racismo e sexismo. Rompendo assim, com um histórico de tentativas de silenciamento a que a população negra há tempos foi vítima. Quando uma mulher negra fala, mostra-nos não apenas os problemas enfrentados, mas, também se apresenta, revela sua existência e demandas, permitindo a construção de políticas públicas para o enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões aqui apresentadas buscaram refletir como o evento da maternidade atravessa a vida e o corpo da mulher negra. Corpo esse historicamente explorado e sexualizado por uma sociedade machista e racista, como visto na fundamentação teórica sobre raça e gênero. O que se propôs nesse estudo foi discutir a racialização da maternidade trazendo relatos de experiência e produzindo significados do que é ser mãe para essas mulheres inseridas em suas realidades, em seus tempos geracionais, considerando suas performances como mulher, mãe e estudante.

O intuito aqui não foi falar sobre, mas falar a partir delas, de suas experiências, buscando visibilizá-las. Além disso, discutir sobre diferentes formas de maternagem, possibilita desconstruir ideias universalizantes do que é ser mãe e construir novos conhecimentos e perspectivas sobre a temática.

Portanto, questões como o acesso à escolarização e a maternidade da mulher negra mostram-se demandas importantes para serem discutidas nos espaços políticos, visando a criação e implementação de políticas públicas que garantam a dignidade e o acesso aos direitos sociais para esses sujeitos. É necessário que cada vez mais as mulheres (principalmente as mulheres negras) sejam ouvidas, pois, com certeza elas têm muito a dizer.

REFERÊNCIAS

BAIA, Luara Paula Vieira. **Maternidade tem cor?** Narrativas de mulheres negras sobre maternidade. 1.ed. Curitiba: Appris, 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.(9394/96)** Brasília,1996.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Parecer 11/2000. Brasília, 2000.

CARNEIRO, Suelli. “Mulheres em movimento”. **Estudos avançados** 17 (49), 2003.

CURIEL, Ochy. Género, raza y sexualidad: Debates contemporáneos. Intervenciones en estudios culturales, n.4, p.41-61, 2017. Disponível em: https://intervencioneseecc.files.wordpress.com/2017/07/n4_art03_curiel.pdf. Acesso em: 09 jan. 2023.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cadernos CEDES**, nº 55, p. 58-77, novembro/2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300005> Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 01 de jul. 2023.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984. pp. 223-244.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó. 2019.

MOL, Annemarie. **Política ontológica**: algumas ideias e várias perguntas. In NUNES, João Arriscado, ROQUE, Ricardo (ed.). **Objectos impuros: Experiências em estudos sociais da ciência**. Porto: Afrontamento, 2008, p.63-77.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 117-142.

SCAVONE, L. **Maternidade**: transformações na família e nas relações de gênero. Interface Comunicação, Saúde, Educação, São Paulo, v.5, n.8, p. 47-60, 2001b. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000200010>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v5n8/04.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2023.